

Metodologias inovadoras na educação básica

Temos atuado como editoras da Revista Dialogia desde o ano de 2015. Abrimos nossa participação na editoria com o número 21, cujo dossiê tratou de Pesquisa e Intervenção na Educação Básica Brasileira, com foco nas experiências nos mestrados profissionais em educação, no Brasil. No número seguinte, o 22, o dossiê temático versou sobre Gestão na Educação Básica: regulação, avaliação, currículo, qualidade e práticas. Como periódico acadêmico do Programa de Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) da UNINOVE, nos pareceu, a nós editoras, à direção do Programa, e ao Conselho da Revista, que estes eram temas importantes, condizentes com a natureza do trabalho desenvolvido no referido programa e que repercutiam em outras instituições nacionais e internacionais de ensino, pesquisa e extensão. Tal visão confirmou-se pelas diversas e ricas contribuições que chegaram à Dialogia e que compuseram os números 21 e 22, não só para os dossiês, mas para as seções de artigos, resenhas e pelas entrevistas realizadas.

Dando prosseguimento ao desejo de trazer à baila discussões relacionadas à contemporaneidade da educação básica brasileira, tivemos no ano de 2016, dois números – 23 e 24 – dedicados, em seus dossiês, à questão do Ensino Médio: diagnósticos, desafios e propostas. A decisão de dedicar dois números da revista a essa discussão não se deu ao acaso. No percurso de elaboração do número 23, as proposições políticas do governo do estado de São Paulo e, logo em seguida, as do governo federal fizeram-nos ver que as reações e o aquecimento dos debates em torno dessa temática constituir-se-ia relevante rol de questões a serem debatidas, no âmbito da educação básica, percepção que se confirmou no grande número de artigos que recebemos sobre a questão. Assim, decidimos dar encaminhamento ao debate nos dois números produzidos naquele ano.

Para fechar esta etapa de trabalho da equipe editorial, definimos o dossiê do número 25, que abre o ano de 2017, com o tema *Metodologias inovadoras na educação básica*, de modo que pudéssemos compormos uma abordagem que refletisse sobre as possibilidades conceituais e metodológicas que vem se constituindo na educação básica regular, frente aos inúmeros desafios que se colocam frente às indagações relativas ao currículo, bem como aos sentidos e significados que os conteúdos tratados nas escolas revelam para estudantes e educadores.

Intelectuais, sistemas de ensino, educadores e escolas ao redor do mundo têm se posicionado no sentido de contribuir para a edificação de propostas educativas que afirmem uma posição inovadora em meio a uma grande massa de discursos e de projetos pedagógicos.

São pessoas e instituições que têm levado à frente propostas no âmbito das metodologias de ensino, de aprendizagem e de gestão, alternativas que sinalizam outras possibilidades humanas, para além da mera adaptação ou reprodução social, instituindo novas perspectivas de formação, em prol da humanidade e contra toda opressão e barbárie.

Em entrevista à *Dialogia*, intitulada “Os Centros Educacionais Unificados: uma proposta educacional integradora”, a professora Maria Aparecida Perez, aborda o histórico, **da concepção à implantação, bem como os fundamentos epistemológicos** desse equipamento educacional, enfatizando seu caráter pedagógico e social, voltado à gestão democrática, já que além de ser escola, o CEU se amplia em direção à comunidade com atividades artístico-culturais e esportivas, entre outras, estimulando a sociedade à participação e à integração.

Nessa direção, abre o dossiê, o artigo de Gabriela de Moraes Damé, Paulo Renato Viegas Damé e Fábio Machado Pinto, *Casa Redonda: arte, sustentabilidade e educação*, que narra a experiência de construção de uma casa de terra, no contexto da realidade rural, utilizando-se de princípios colaborativos, de acordo com a chamada sustentabilidade radical. Por meio da modalidade de construção escolhida, que dialoga com as tradições culturais e com as novas tecnologias, os autores potencializam a reflexão sobre as relações entre a arte contemporânea e o território rural e também sobre as dinâmicas sociais e culturais desses territórios. O projeto intitulado Casa Redonda, funciona como um dispositivo que possibilita a troca de saberes e simultaneidades afetivas, por meio de encontros, entre indivíduos urbanos e rurais, proporcionando a ressignificação das práticas, territórios e subjetividades – no que reside sua identidade educativa.

Ainda focalizando os processos que consideram a territorialidade, as identidades e as culturas rurais, o artigo do argentino Adrián Escolani, *Concepciones reformistas en torno a las funciones de la educación primaria rural argentina (1930-1960)* (Concepções reformistas sobre as funções da educação primária argentina, de 1930 a 1950), discute as diversas funções que essa educação tem desempenhado: alfabetizar, inculcar valores para a socialização da infância e preparação para o ensino médio profissionalizante. Escolani disserta sobre as

diversas propostas de mudança educativa nessa modalidade de ensino que combinaram estratégias e instrumentos de renovação pedagógica com fundamentos espiritualistas e objetivos utilitários. Ao final, o autor afirma que a educação rural se constituiu como território de manifestação da diversidade de discursos e práticas, cujo conhecimento vem enriquecendo a compreensão do fenômeno da renovação educacional no país, desde a crise de 1930 até o final dos anos 50.

Em *Multiculturalismo: polissemia e perspectivas na Educação e Educação Física*, Pedro Xavier Russo Bonetto e Marcos Garcia Neira discutem dois temas que, segundo os autores observam, fazem-se recorrentes no contexto social contemporâneo, já indicados no título: diversidade cultural e multiculturalismo. Os sentidos presentes nos discursos que assumem tais termos têm encontrado certa centralidade no debate acadêmico, porém sem aprofundamento teórico no que tange suas diferentes propostas, o que leva a uma problematização relevante, a saber: Qual abordagem de multiculturalismo adotar? O que propõem diferentes pensadores sobre a educação multicultural? E no âmbito da Educação Física, quais as contribuições desse campo teórico-político? O artigo enfrenta essas questões, defendendo o chamado multiculturalismo crítico como vertente mais adequada para os projetos pedagógicos preocupados com a aceitação e o reconhecimento de pessoas e grupos marcados por condições de diferença.

Caroline Trapp de Queiroz, em seu artigo intitulado *Nas curvas do tempo: um encontro entre infância e Filosofia*, discute uma experiência com crianças, em que foi discutido o conceito de tempo. O propósito para este artigo, em específico, foi identificar aproximações entre as ideias que as crianças construíram sobre o tempo e as concepções de tempo de alguns filósofos cujas abordagens são recorrentes em pesquisas que se debruçam sobre essa temática: Heráclito, Platão, Aristóteles e Agostinho. Em diálogo com eles, são destacados três eixos encontrados nas conversas com as crianças: movimento e mudança, lugar da alma na relação com o tempo e o ser do tempo. Estes eixos emergiram ao término dos encontros, como um achado possibilitado pelo próprio processo de pesquisa, que a autora analisa.

Fechando o dossiê, temos o artigo de André Robert, intitulado *Une culture « contre » l'autre : les idées de l'éducation nouvelle solubles dans l'institution scolaire d'Etat? Autour de la démocratisation de l'accès au savoir* (Uma cultura “contra” a outra: as ideias da educação nova dissolvidas na instituição escolar do Estado? Em torno da democratização do acesso ao saber). Este artigo

propõe-se rever a oposição habitual entre a instituição escolar do Estado e a atual educação nova, que tem sido considerada mais preocupada com a formação completa do aluno do que com a valorização do saber intelectual. Sem proibir o olhar para fora das fronteiras da França, o artigo tem como objetivo estudar a questão, principalmente, no que se refere ao caso francês, durante o século 20 e na delimitação em torno do problema da democratização do acesso aos diferentes tipos do saber. O que o autor considera como mais relevante nessa temática são, em especial, as zonas cinzentas, os pontos de cruzamentos eventuais, as fronteiras um pouco indefinidas, onde as duas culturas educativas e pedagógicas puderam ser levadas a se cruzar, dentro da própria instituição escolar pública e, igualmente, na pessoa de alguns pedagogos que exigem a educação nova (Gal, Monod, Meirieu por exemplo). O artigo examina, então, por meio de alguns momentos reveladores, incluindo o período realmente contemporâneo (com o exemplo dos trabalhos pessoais enquadrados – TPE), e por meio de algumas personalidades mediadoras (os passadores) a maneira pela qual as ideias novas têm podido questionar e fazer evoluir a escola pública estatal e suas práticas. A questão central é saber se essas ideias novas não se tornam insípidas logo que entram na instituição; se elas não acabam dissolvidas na mesma, perdendo o seu senso original.

Na seção artigos, o texto de Sara Pinheiro, Eunice Macedo e Helena Costa Araújo, cujo título é *Intenções políticas na educação: possibilidades de cidadania nacional e europeia em Portugal*, traz mais uma discussão provinda do debate educacional internacional. As autoras inserem sua argumentação no debate sobre cidadania nacional e europeia. Entendem que a relação desse tema com a educação se assenta numa lógica interativa, supostamente direcionada à partilha de perspectivas, já que, ao nível político, incentiva-se o respeito e a aceitação da diversidade na busca de uma União Europeia unida na sua pluralidade cultural. Pensando numa cidadania ativa, com voz e participação, este artigo cruza documentos portugueses e da União Europeia com dados de observação e de um grupo focal (GF), questionando a articulação entre as intenções políticas nestes documentos e a possibilidade de efetivação prática de suas propostas para os jovens, nos quotidianos escolares. A pesquisa empírica que sustenta a argumentação produzida nesse artigo foi desenvolvida com jovens entre 15 e 25 anos, que frequentavam a Escola Quotidianos de Profissionalização, no Norte de Portugal.

Em *As políticas públicas educacionais na formação de professores: avanços e recuos*, Givanildo da Silva, Alex Vieira da Silva e Inalda Maria dos

Santos, refletem sobre a formação de professores, no cenário das políticas públicas educacionais, com ênfase na análise do PNE (2014-2024) – especificamente, as metas 15, 16, 17 e 18 –, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (DCN). Como resultado dessa reflexão, indicam que o PNE (2014-2024) e as DCN são instrumentos relevantes para a concretização de políticas de formação inicial e continuada para os professores, necessitando, entretanto, de uma articulação dos diferentes entes da federação nesse âmbito, para que possam efetivar-se.

Lucas da Silva Martinez, Ana Cristina da S. Rodrigues e Juliana Brandão Machado discutem a *Eleição de dirigentes escolares em Jaguarão (RS): corporificando a palavra pelo exemplo*. Este artigo surge em razão da atuação do Conselho Municipal de Educação (CME) de Jaguarão (RS) no processo de eleição de dirigentes escolares. O objetivo dos autores é contextualizar e discutir a eleição de diretores no município de Jaguarão, compreendendo o processo a partir dos conceitos de participação e de democratização. O trabalho foi construído a partir da experiência junto ao CME e também por meio de análise documental do Livro de Atas do mesmo. Os dados analisados constituíram-se como descrição do processo, a partir dos registros em diário dos pesquisadores e permitem a argumentação teórico-bibliográfica que se desenvolve. Como conclusão, o texto aponta que a eleição direta não pode ser o fim, mas sim, o início da democracia na escola: mais do que o voto, é preciso criar condições para efetivar a participação.

Encerrando a seção de artigos artigos, *O ensino de ciências naturais para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental*, de Raquel Sanzovo Pires de Campos e Luciana Maria Lunardi Campos. As autoras discutem o ensino de Ciências Naturais para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir de um breve histórico do ensino de Ciências, desde a década de 1980, nesse período escolar. Também expõem especificidades de práticas de ensino e, indicam algumas características relacionadas ao desenvolvimento das crianças, neste período, discutindo a função mediadora do pedagogo que atua no ensino de Ciências.

Para finalizar o número, Patrícia Ribeiro Costa e Acir Mário Karwoski resenham o livro *Compliance como boa prática de gestão de instituições de educação superior*, de autoria de José Roberto Covac e Daniel Cavalcante Silva; e Aline Sarmento Coura Rocha, resenha o livro de Anna Penido et al, *Destino: educação – escolas inovadoras*.

Com este número, encerramos nossa participação na editoria de cinco números de *Dialogia*, ao tempo em que o periódico passa a ser quadrimestral e que assumem a editoria daqui em diante, Ana Maria Haddad Baptista e Márcia Fusaro, colegas que darão continuidade à proposta de melhoria contínua desta revista.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Patrícia Bioto-Cavalcanti e Rosemary Roggero
Editoras